

A ESQUERDA E O GOVERNO FHC

*“A cultura não precisa de ministérios”
Jean-Paul Sartre.*



Oswaldo Coggiola, professor do Departamento de História, aponta o deslumbramento de pessoas ligadas à esquerda com o governo Fernando Henrique Cardoso. Três meses após assumir o cargo de presidente, FHC finge que governa e a esquerda finge que faz oposição.

Há muito mais do que fascínio pessoal na revoada de súbitas adesões à esquerda conquistadas pelo declaradamente “neo-liberal” Fernando Henrique Cardoso, logo após a sua vitória eleitoral. O sociólogo Francisco J. Weffort, ex (primeiro) secretário-geral do PT, justificou sua decisão de incorporar-se ao gabinete de FHC em considerações de ordem pessoal (o “respeito”, a “admiração” e a “amizade” que o unem ao seu ex-professor e colega) apresentando aquela decisão como sendo de “foro íntimo”. Mas Weffort tinha sido membro da coordenação da campanha Lula, o que não é questão de “foro íntimo”. Seu longo e elaborado artigo “adesista” publicado a 4 de outubro pela *Folha de São Paulo* (entregue, portanto, ainda no fatídico 3 de outubro, quando sequer o resultado das eleições estava claro, e havia muita fraude a ser denunciada) só poderia, pelo tamanho e elaboração, ter sido escrito ainda em plena campanha eleitoral - ou seja, quando Weffort era ainda um dos 13 autores das *13 razões para votar em Lula*. Nada disto tem a ver com a “intimidade” de quem quer que seja, e torna mais notável o fato do PT ter aceito as explicações (o que implica, também, em aceitar o “explicado”) de Weffort. À luz disto tudo, revela-se como justificada a indignação do Prof. Bernardo Kucinski, da ECA-USP:

“Acho que a confusão que se está fazendo é entre o público e o privado. Weffort é uma personalidade pública e sua mudança de campo é um fato político que se dá na esfera pública. Isso exige explicações públicas de caráter político. Por esse motivo, creio

que o PT também deve explicações sobre as razões apresentadas por Weffort para pedir o desligamento, e as razões do PT para concedê-lo. O que Weffort apresentou até agora como ‘explicações’ e até ‘apoios’, do Lula, do Gilberto Carvalho, nada mais são do que gestos de cordialidade da cultura petista. E, ao contrário do que agora diz, Weffort participou sim da campanha. Afastou-se do comando, para o qual foi indicado por Lula, mas continuou participando das reuniões semanais do grupo de conjuntura e do programa de governo” (*Folha de São Paulo*, 24 de dezembro 1994).

Não se sabe o que FHC ganha ao ser comparado, intelectualmente, a Alberto Fujimori, matemático peruano, que resolveu sua ‘equação’ parlamentar através do sofisticado procedimento de suprimir o parlamento.

Ora, se as explicações “pessoais” de Weffort não “colam”, também não cola fazer do caso Weffort um caso pessoal. Logo depois, Irma Passoni também entrou no governo FHC, Augusto Franco no “Programa Comunidade Solidária”, de D. Ruth, e até o PT no governo (PMDB) de Rondônia. Weffort é a ponta de um *iceberg*. Não se trata de uma atitude isolada, sequer internacionalmente.

Perry Anderson e a “esperança” FHC

Pouco depois do início da aventura ministerial de Weffort, o bem conhecido marxista (ou me-

lhor, marxólogo) inglês Perry Anderson, autor de meritórios trabalhos mundialmente divulgados, que lhe conferiram uma espécie de aura de “consciência crítica” da esquerda internacional, publicou um artigo na *London Review of Books*, reproduzido no Brasil n’ *O Estado de São Paulo* de 25 de dezembro (talvez como presente de Natal), artigo todo ele posto sob a premissa que segue:

“Pela primeira vez na sua história, o País elegeu um presidente inequivocamente capaz de incluí-lo no mapa mundial. Quando assumir a presidência, em janeiro, Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida, será, do ponto de vista intelectual, o mais sofisticado chefe de Estado contemporâneo”.

Realmente, não se sabe o que FHC ganha ao ser comparado, intelectualmente, ao bêbado Boris Ieltsin, ao priápico Bill Clinton, ou, para ficar mais perto, ao brilhante matemático peruano, Alberto Fujimori (que resolveu sua ‘equação’ parlamentar através do sofisticado procedimento de suprimir o parlamento), ou ao inefável consumidor de tintura capilar, Carlitos Menem, do qual

nunca se soube se seu envolvimento familiar com o tráfico de drogas respondia a um interesse lucrativo ou à necessidade de consumo pessoal.

O artigo de Perry Anderson é, basicamente, um *racconto* bastante superficial dos avatares políticos brasileiros, desde a ditadura militar até a eleição de FHC. Chega a insinuar uma vocação brasileira para ter presidentes sociólogos, nascida com a própria República brasileira, em cuja bandeira os militares inscreveram a máxima “ordem e progresso” do pai da sociologia, Auguste Comte: esta genial descoberta serve para medir a qua-

lidade do artigo. Mas Anderson não deixa de constatar que, se um vento histórico de raízes tão profundas empurrou a candidatura do “grande intelectual”, o signo modernizante que ela sinaliza (o artigo se intitula, nada menos, “FHC é a esperança de colocar o Brasil na História”) está em contradição com as alianças

políticas de FHC, feitas com os partidos que forneceram base política ao governo Collor e à própria ditadura militar, enfim, com os representantes das mais atrasadas oligarquias regionais: “raras vezes a direita brasileira se mobilizou a favor de um candidato de modo tão visível”, chega a afirmar Anderson.

Mas, constatar uma contradição, sem resolvê-la, deixando apenas um ponto de interrogação sobre o futuro (e, ainda por cima, esperançoso, como o revela o próprio título do artigo) significa que devemos nos interrogar sobre a própria realidade da contradição. Weffort, por sua vez, foi mais esperançoso ainda, embora não dispensasse o uso do condicional:

“Estaremos caminhando no sentido de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta. Não é isto que se chama, em geral, de modernidade? Se for este o caminho, e eu sinceramente espero que assim seja, estas eleições de 1994 ficarão na nossa história, depois de 1930, como o início da nossa segunda revolução democrática” (*Folha de São Paulo*, 4 de outubro 1994).

Poucos dias depois, aceitando



o ministério da cultura, Weffort parece ter despejado suas últimas dúvidas.

Classe e política de FHC

O que falta em ambos os autores, e isso é surpreendente em se tratando de um “sociólogo” e um “marxista”, é uma análise da base de classe do governo FHC. A natureza dessa base está indicada pelas alianças (com os piores representantes do atraso e da opressão históricas do povo brasileiro) feitas por FHC para ganhar as eleições e constituir o seu governo. A independência de FHC em relação a essa base poderá ser grande ou pequena (por enquanto, quase nula) mas nunca absoluta. Pretender dar início, com essa base social, nada menos que a uma “revolução democrática” (!) seria, na boca de um desinformado, uma ingenuidade; na pena de um sociólogo, é um engodo.

Já a Anderson não parece ocorrer – e não é por falta de conhecimentos históricos – que a “modernidade” capitalista (“globalização”, ou como se queira chamar) comandada pelos centros imperiais, realiza-se, hoje como ontem, através da aliança com as classes dominantes dos

países atrasados; em especial seus setores mais retrógrados, justamente para perpetuar esse domínio imperial. É muitas vezes lembrado que o crescimento econômico brasileiro é, ao lado do da ex-URSS, o maior do século (sem falar da “modernização industrial” do período do “milagre”, com as

maiores taxas de crescimento do planeta); pois bem, nenhum desses feitos conseguiu eliminar as oligarquias nordestinas, com seus ACM, seus Collor e seus Maciel, nem as oligarquias do sul, com seus Roberto Marinho. Ao contrário! Levado isso em conta, não há contradição alguma entre ser o bem-quisto dos círculos “modernos” do “Primeiro Mundo”, e o amigo dos “coronéis” em casa (como o personagem de *El Recurso del Método*, de Alejo Carpentier). E pouco importa se os “coronéis” de hoje são donos de redes de TV e se mobilizam em jatos ou carros importados: a miséria social na qual se apoiam é pior hoje do que na época dos jêgues e dos engenhos: 62 milhões de pobres e indigentes, segundo cifras do IPEA; 30% dos trabalhadores (e suas famílias) vivem com a miséria de até um salário mínimo; 42% com até dois; 15% de desempregados; massacres das PMs em favelas e bairros periféricos; o Exército no Rio... Quando Perry Anderson afirma que “FHC será o melhor presidente que o Brasil já teve”, não se sabe se se trata de um elogio ou insulto.

Mas não é só análise sociológica que falta ao adesismo ou à es-

perança “de esquerda” em FHC: falta-lhe também análise política. Com efeito, é contraditório (para não dizer que se trata simplesmente de um abuso) afirmar simultaneamente que “o Plano Real elegeu FHC”, e que seu governo está para começar, ou só está começando: se ele foi o candidato do Plano e, do governo que o aplicou, isto significa que ele já governava antes da eleição, o que, no caso, é uma verdade literal, pois ninguém duvida quem dirigia o governo de Itamar Franco quando FHC era ministro da Fazenda (e quem dirigia a Fazenda quando FHC tornou-se candidato).

Nenhuma perspectiva sobre o governo FHC pode ser feita sem incluir o que FHC já fez, desde que começou a governar, tempos depois da queda de Collor. Sob este ângulo, o veto ao salário mínimo de R\$ 100 e a anistia a Lucena não aparecem como um ‘mau começo’ (portanto redimível), mas como uma continuidade lógica. A base social é a mesma, mas os benefícios dessa base no “período FHC” são de pôr no chinelo o antigo coronelato, a ditadura militar e até o governo Collor. A dívida tributária das empresas atinge metade do montante total da dívida externa:

“Tudo somado dá R\$ 57 bilhões, uma pilha de dinheiro para ninguém botar defeito. Para efeito de comparação: esses recursos, se efetivamente arrecadados, cobririam todo o déficit orçamentário potencial previsto pelo próprio governo para 1995 (R\$ 10 bilhões) e ainda sobriam R\$ 47 bilhões para investimentos” (*Folha de São Paulo*, 24 de dezembro 1994).

As mesmas empresas que se recusam a pagar impostos (en-

quanto os nossos já vêm descontados no hollerith) são as beneficiárias principais daquilo que o próprio Delfim Neto qualificou de “indecente”: o lançamento pelo Banco Central de títulos que dão aos especuladores a garantia de que, em caso de desvalorização do real, o especulador nada perde. O prejuízo fica com os cofres públicos brasileiros, ou seja, conosco, que pagamos impostos.

Como se isso fosse pouco, o governo FHC-Itamar, segundo

lucro, e, portanto, pagam Imposto de Renda. Ou seja, 65% das empresas registram prejuízos com o objetivo de não pagar imposto. Há um ‘estoque’ de prejuízos de R\$ 45 bilhões a ser descontado pelas empresas de seus impostos nos próximos cinco anos, segundo a Receita. Ele cresceu R\$ 4 bilhões no ano passado. O governo patrocina a festa. Às vezes grita e entrega a conta à massa que vive de salário” (*O Estado de São Paulo*, 25 de janeiro 1995).

O veto ao mínimo, o fim da estabilidade do funcionalismo público, as reformas reacionárias da previdência e da tributação, o sucateamento da saúde e do ensino públicos (tudo para “fechar as contas”, que são sistematicamente “abertas”, ou seja, furadas, pelos benefícios exigidos e concedidos ao conjunto das classes dominantes) estão a serviço desta orgia de super-lucros para os “investidores” (?) nacionais e estrangeiros. Quem tiver

dúvidas sobre o governo FHC, pode esquecê-las. Quem semeá-las com conhecimento de causa, pode ser considerado um impostor, como Anderson, quando finaliza seu artigo afirmando que “convém aguardar para ver no que vai dar”.

O papel da esquerda

E a esquerda, o que faz? O trecho mais significativo do já citado artigo de Weffort, onde se revela que sua participação no governo FHC nada tem de “pessoal”, sendo sim uma manobra destinada a construir uma “ponte” entre o governo e a esquerda, é aquele em que diz que FHC

Nenhuma perspectiva sobre o governo pode ser feita sem incluir o que FHC já fez, desde que começou a governar, tempos depois da queda de Collor. Sob este ângulo, o veto ao salário mínimo de R\$ 100 e a anistia a Lucena não aparecem como um ‘mau começo’, mas como uma continuidade lógica.

denúncia do jornalista José Casado, “ampliou em cerca de US\$ 1 bilhão, no ano passado, as doações de recursos públicos ao setor privado, sob a forma de benefícios tributários (84% via Impostos sobre a Renda e Produtos Industrializados). Quando dezembro terminou, o Tesouro tinha deixado no caixa das empresas nada menos que US\$ 5,9 bilhões, na forma de incentivos fiscais variados. Ou seja, doou 11,2% de sua receita anual de tributos. Isso equivale a meio Fundo Social de Emergência (FSE)... A Receita Federal acaba de confirmar, por escrito, aos líderes de partidos governistas no Congresso: Somente 35% das pessoas jurídicas apuram

“só poderá levar adiante as suas reformas se contar com uma oposição também reformista, talvez mais reformista do que ele. Esta oposição reformista estará sob a liderança do PT ou simplesmente não existirá”. Anderson, por sua vez, diz muito mais do que pensa quando afirma que “o PT será o fiel da balança do novo governo”.

O significativo aumento parlamentar do PT (46 deputados e 6 senadores), apresentado como “troféu de consolação” da derrota de Lula, é, na verdade, uma faca de dois gumes, que, por enquanto, só mostrou o seu pior. As classes dominantes são perfeitamente conscientes da fragilidade do “consenso social” estabelecido em torno de FHC: afinal das contas, ele só foi votado por 35% do padrão eleitoral (já incluído o enorme número de votos “de cabresto”) e seus índices de popularidade despencaram pela metade só no primeiro mês de governo. A integração da oposição de esquerda aparece, assim, como um objetivo vital para a estabilidade política do governo FHC e do próprio regime capitalista na atual etapa.

O crescente peso dos parlamentares (e também dos dois governadores eleitos pelo partido, que receberam no segundo turno o apoio do próprio FHC) inclina a balança interna do PT no sentido dessa integração. Isto não é preconceito ideológico nem antiparlamentar. O próprio jornal dos Mesquita, que lançou pestes contra o PT durante mais de uma década, registra agora, com satisfação, no seu editorial:

“O ex-líder do partido na Câmara, deputado José Fortunatti, possui cacife político para informar à imprensa que ‘Luiza Erundina tem proposta de estabilidade igual à do ministro Bresser’ (com referência explícita de que estabilidade está reservada às

‘funções típicas de Estado’), mas que ‘com certeza’ o PT fará oposição programática ao governo. Os tempos do partido do contra acabaram, anuncia o ex-líder, sem medo de patrulhamentos de qualquer espécie. A situação mudou de tal modo que o deputado não descarta nem mesmo a participação no governo. Os termos foram claros: “De jeito nenhum agora... mas o futuro a Deus pertence”, (*O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro 1995). O grande paradoxo é que o PT, que era a ‘grande esperança’ da esquerda passa (no mesmo momento em

***O grande paradoxo é que o PT,
que era a ‘grande esperança’
da esquerda, passa a ser
considerado uma esperança
pela direita capitalista.***

que parte da esquerda começa a acreditar na “esperança” FHC) a ser considerado uma esperança pela direita capitalista.

O conteúdo desta valorização é claro: a participação nesta reforma, num Congresso dominado pela direita, que encampa os projetos reacionários de FHC, equivalerá a jogar o papel de “oposição de Sua Majestade”, contribuindo a dar legitimidade política à reforma. O episódio Weffort, nesse quadro, deixa de ser um caso isolado (embora Weffort já não pertença ao PT) e se junta à qualificação feita por Suplicy do gabinete FHC (“de excelente qualidade”) e a outras (como a participação do PT no governo PMDB de Rondônia).

As conseqüências disto não são para o “futuro”, mas se veri-

ficam já no dia-a-dia da atividade sindical e parlamentar. Vicentinho ingressou no Conselho de Administração das Empresas de Energia do Estado (Cesp, CPFL, Eletropaulo e Comgás) justo quando estas empresas procedem a uma onda de demissões, “quebrando a até então firme decisão do PT de não participar do governo Covas”, segundo o *Estado*. Através ou a reboque do PT, a maioria da esquerda vai entrando no imenso “partido da ordem” que se constitui no Brasil, sob a liderança de FHC.

Não foi um “xiita radical”, mas o colunista Carlos Heitor Cony, quem denunciou que a única oposição ao vergonhoso empréstimo brasileiro destinado a cobrir o rombo financeiro deixado no México pelos especuladores internacionais veio de... Esperidião Amin: “O senador Amin não dispõe de estrutura nem militância para botar o povo nas ruas protestando contra o empréstimo. Essas coisas ficavam a cargo do PT, que está de braços cruzados, esperando outros convites do presidente para, docemente constrangido, ceder novos Wefforts à causa da modernidade neoliberal. A omissão do PT é mais ruínosa para sua imagem do que a controvertida ajuda financeira que aceitou durante a campanha. A menos que já esteja pagando com o atual silêncio o preço da ajuda recebida” (*Folha de São Paulo*, 3 de fevereiro 1995). Que esta denúncia seja feita por um colunista da *Folha*, e não pela esquerda ou pelo movimento dos trabalhadores, é coisa que deve causar mais preocupação do que indignação.

Para o movimento operário e sindical, o dilema de ferro é: ficar de braços cruzados diante desta evolução, ou estruturar uma oposição sobre bases classistas contra o governo FHC e a decomposição capitalista da nação brasileira.